

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Adia aí

Tem muito deputado aconselhando o presidente da Câmara a desistir da ideia de apresentar logo o nome que apoiará para a sua sucessão, de forma a evitar divisões nestes últimos seis meses de comando. “Ele acumulou muita força, garantiu autonomia da Casa. Dividir para quê?”, pondera o deputado Danilo Forte (União Brasil-CE).

Vem cobrança...

Em evento do grupo Líderes Empresariais (Lide) do Distrito Federal, que reuniu a nata do empresariado local, o CEO do Lide Brasília, Paulo Octávio, foi incisivo ao expor a avaliação de seus filiados sobre a regulamentação da reforma tributária, a ser analisada pelo Senado. “A reforma está atingindo e preocupando todos os setores produtivos de Brasília. Os empresários estão incomodados com a reforma”, afirmou, ao perceber a presença do senador Izalci Lucas (PL-DF), coordenador da comissão especial de senadores que analisará a proposta aprovada pela Câmara.

... e mudança

Paulo Octávio aproveitou e convidou Izalci a proferir uma palestra para os empresários do Lide nos próximos dias, a fim de detalhar melhor o texto e receber sugestões. O senador se comprometeu a comparecer ao evento. “Os empresários começaram a fazer as contas na ponta do lápis e só agora percebem os problemas. Porém, para mudar o texto, é necessário que os dados sejam técnicos e benéficos. Senão, não conseguiremos modificar”, afirmou.

O nó da segurança

Vem uma disputa aí. Lira quer votar as propostas relacionadas à segurança pública, mas Lula contou aos ministros, na reunião no Planalto, que vai mandar a Proposta de Emenda Constitucional do setor para tentar organizar melhor o sistema. A perspectiva de aprovação de uma PEC, atualmente, é zero, conforme avaliam parlamentares.

Ponto nevrálgico

O Parlamento aceita negociar o orçamento — inclusive avalia uma proposta de emendas de bancadas partidárias para substituir as “emendas Pix”, aquelas de repasse direto. Mas isso só valerá para 2025. Para este ano, não tem negociação e faltam quase R\$ 8 bilhões para serem liberados.

Arthur vai ter que engolir

Os senadores começam a análise da regulamentação da reforma tributária, com disposição de alterar, em parte, o texto aprovado pelos deputados. Quem conhece a forma de agir dos senadores afirma, com todas as letras, que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), terá que aceitar as mudanças. Isso porque, se não houver uma

proposta que tenha o aval da Câmara, o Senado pode, simplesmente, segurar a análise da reforma e esperar o próximo presidente da Casa, tirando de Lira a chance entregá-la totalmente votada. O que se diz entre alguns parlamentares que trabalham na tributária é que a Câmara — leia-se Lira — não pode querer ser a dona do texto.



CURTIDAS

Tema do momento/ Na abertura da V Bioweeek, autoridades do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) deixaram claro que a vocação brasileira é o biocombustível. “Essa é uma bandeira do vice-presidente, ministro Geraldo Alckmin. Um carro híbrido descarboniza mais do que aquele que tem uma bateria produzida a carvão”, disse o secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços, Wallace Lima, referindo-se à energia fóssil, que reina nos países fabricantes de carros exclusivamente elétricos.

Vinicius Loures / Câmara dos Deputados



“Não é uma Skol!”/ Quem conhece o Parlamento usa a velha expressão da propaganda da cerveja para se referir à candidatura de Elmar Nascimento (União Brasil-BA, foto) para presidente da Câmara e ao texto da reforma tributária no Senado. Nenhum dos dois “desce redondo”.

Lula na cova dos leões/ Lula inaugura, hoje, o Contorno Viário da Grande Florianópolis. Na capital catarinense, no segundo turno de 2022, Jair Bolsonaro obteve 69,27% dos votos válidos (3.047.630 votos) e o atual presidente, 30,73% (1.315.918 votos).

Ninguém resiste/ Um amigo da coluna flagrou o presidente do Conselho de Administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabucco, registrando a saída do Batalhão da Guarda Presidencial em solenidade no Tribunal Superior do Trabalho (TST).

JUDICIÁRIO

Fachin propõe reformulação de tese que pune imprensa pela publicação de calúnia ou falsidade por algum entrevistado

Proteção para entrevista ao vivo

» RENATO SOUZA
» FABIO GRECCHI

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, considera que veículos de imprensa não podem ser responsabilizados civilmente por declarações de entrevistados feitas ao vivo. É o que consta do voto proferido no julgamento — suspenso por pedido de vista do ministro Flávio Dino — de embargos de declaração relativos à decisão, do próprio STF, que pune empresas jornalísticas em caso de divulgação de informações falsas ou caluniosas por alguém que conceda uma entrevista.

Os embargos foram movidos pelo jornal *Diário de Pernambuco* e pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). Argumentam que há trechos genéricos na decisão do STF — que tem repercussão geral —, que poderiam levar a uma ampla interpretação nas instâncias inferiores. Salientam, ainda, que dá margem ao assédio judicial contra jornalistas, além de levar à censura prévia — em

função do receio de represálias pela publicação de algo que possa suscitar polêmica.

Fachin aceitou parcialmente os argumentos do *Diário de Pernambuco* e propôs reformulações à tese fixada em agosto de 2023. Reconheceu que entrevistas em tempo real dificultam a checagem imediata das falas do entrevistado. Daí porque a empresa não pode ser responsabilizada em caso de calúnia ou falsidade. O ministro observa que, nesses casos, o veículo deve dar “direito de resposta, em iguais condições, espaço e destaque” ao acusado pelo entrevistado.

Segundo Fachin, “na hipótese de publicação de entrevista, por quaisquer meios, em que o entrevistado imputa falsamente prática de crime a terceiro, a empresa jornalística somente poderá ser responsabilizada civilmente se comprovada a sua má-fé caracterizada pelo dolo direto, demonstrado pelo conhecimento prévio da falsidade da declaração, ou ainda por dolo eventual, evidenciado pela negligência na apuração da veracidade de fato duvidoso e na sua divulgação ao

público sem resposta do terceiro ofendido ou, ao menos, de busca do contraditório pelo veículo”.

Diante disso, o ministro Luiz Fux anunciou que, após a definição da nova tese, também pedirá vista dos autos para verificar se a condenação do *Diário de Pernambuco* sobrevive ou não ao novo entendimento.

Por sua vez, Dino enfatizou que a imprensa checa rigorosamente as informações, o que não acontece, sobretudo, com muitas páginas e blogs na internet. Seguiu-se, então, um debate sobre o serviço prestado pelo jornalismo profissional e o quanto isso o difere de veículos de perfil oportunístico, que abrem espaço deliberadamente para difamações, mentiras e desinformações.

Daí porque o ministro Luís Roberto Barroso, presidente do STF, fez questão de salientar que “reiteramos nossa crença na liberdade de expressão e, em muitos casos, em sua preferência no ordenamento jurídico. Mas não podemos fechar os olhos para quem, sob o biombo da liberdade de expressão, joga a sociedade no discurso de ódio”.

ROSINEI COUTINHO/STF



Ministro considera que, quando uma entrevista é ao vivo, isso dificulta ao veículo a checagem da informação

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Ministro exige que governo e Parlamento mostrem pedidos de recursos

Dino cobra comprovantes de emendas

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, terminou, ontem, que o governo federal apresente todos os ofícios encaminhados pelos parlamentares para “indicações” ou “priorização pelos autores” relacionados às emendas de comissão, as RP8. Ordenou, ainda, que a Câmara e o Senado encaminhem ao STF informações sobre a destinação — ou mudança na destinação — das emendas e seus fundamentos técnicos.

Mas não termina aí. Dino determinou que o Tribunal de

Contas da União (TCU) também deve informar, ao STF, todos os processos em andamento na Corte para apurar irregularidades nos repasses das emendas de relator — o “orçamento secreto”.

Em relação às “emendas Pix”, o ministro atendeu ao pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) e as manteve suspensas. Mas autorizou que sejam repassadas apenas as verbas relacionadas àquelas que atendam a requisitos de transparência e controle ou que estejam destinadas a obras

voltadas para conter alguma calamidade pública.

As “emendas Pix” são recursos da União transferidos diretamente, por deputados e senadores, às unidades da Federação e aos municípios, sem necessidade de apresentação de um projeto que as justifique. Segundo Dino, tais emendas não permitem saber onde a verba é aplicada.

“Se assim não ocorrer, teremos um perigoso e inconstitucional ‘jogo de empurra’, em que ninguém se identifica como responsável. O parlamentar pode

argumentar que apenas indica, mas não executa. O Executivo pode informar que está apenas operacionalizando uma ‘emenda impositiva’. E o gestor estadual ou municipal pode alegar ser mero destinatário de algo que vem ‘carimbado’. Quem responderá por isso?”, cobrou.

De acordo com a PGR, somente em 2023 foram destinados R\$ 6,7 bilhões às “emendas Pix”. Dino afirma que não há como saber se o recurso recebido foi aplicado naquilo a que se destinava. (RS)